

Pedagogias do gênero e o lugar das performatividades no espaço escolar: Perspectivas curriculares

Edimauro Matheus Carriel Ramos¹
edimauroamos@hotmail.com

Resumo: Como agem as pedagogias do gênero na escola e como elas tendem a governar ou deslegitimar as performatividades de gênero que escapam dos ditames? É possível subverter esse cotidiano de indiferenças? Tendo como força motriz esses questionamentos, o presente artigo, redigido sob a revisão bibliográfica, pretende refletir sobre os lugares das performatividades e suas dissidências no espaço da escola e no aparato curricular, bem como sobre as pedagogias do gênero exercidas em torno dessas identidades destoantes. Por meio desse recorte, constatou-se que o currículo e a escola, alinhados às perspectivas pluralistas, podem e devem oportunizar e potencializar os debates sobre as diferenças em seus espaços.

Palavras-chave: Performatividades. Pedagogias do gênero. Currículo. Escola.

Gender pedagogies and the place of performativities in the school space: Curricular perspectives

Abstract: How do gender pedagogies at school act and how do they tend to govern or delegitimize gender performativities that escape from dictates? Is it possible to subvert this daily life of indifference? Having these questions as the driving force, this article, written by the bibliographic review, intends to reflect about the places of the performativities and their dissent in the school space and in the curricular apparatus, as well as the gender pedagogies exercised around these disparate identities. Through this cut, it was found that the curriculum and the school, aligned to pluralist perspectives, can and have to provide opportunities and enhance the debates about the differences in their spaces.

Keywords: Performativities. Gender pedagogies. Curriculum. School.

¹ Graduado em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Itararé – SP (FAFIT) e Professor da Educação Básica na cidade de Itapeva/SP.

1 Entre lugares e não-lugares: palavras iniciais

É impossível falar de escola e não falar das identidades e singularidades que nela transitam: corpos, expressões e enunciações que se divergem e convergem entre si com a finalidade de conquistar seu lugar ou reivindicar por ele. Tais subjetividades permitem problematizar o encargo tradicional atribuído à escola, fazendo com que a função regulatória² que atravessa a pedagogia considere insustentável ser confrontada por outras possibilidades identitárias. No entanto, a escola, ao se sentir ameaçada, atualiza seus marcadores por meio de movimentos que enquadram essas identidades em moldes normativos.

Demarcados esses gêneros e suas performatividades, demarcam-se na escola também as dinâmicas de poder que se espalham pelas inúmeras abordagens de cunho sexistas, machistas e *lgbtfóbicas*, espaço esse que é munido de concepções e ferramentas pedagogizantes da sexualidade e do gênero. Na contemporaneidade, somos interpelados pela promoção de discursos sedutores e perigosos, como o *factoide* da “ideologia de gênero”, por exemplo, e toda a retórica antigênero produzida por tais discursos inócuos.

Pensar nos corpos e nas performatividades reguladas no espaço escolar requer refletir que esse mesmo espaço é falho com seus propósitos de oferecer uma educação de qualidade e que se atenha aos pressupostos de criticidade e pluralidade. Neste tocante, quem é alvo da educação de qualidade? A educação é para quem? Se não há uma educação que atenda essas e outras prerrogativas, quem sofrerá são as identidades e corpos que se afastam da normatividade proposta, os quais serão invisibilizados, sem citar as defasagens, implicações psicossociais e taxas de evasão que essas invisibilidades corroboram.

Os estudos de gênero e das sexualidades dissidentes têm produzido inúmeras interlocuções com a educação e as pedagogias inscritas no limiar do currículo e do cotidiano da escola. Dentre os estudiosos desse campo, pode-se citar alguns, tais como: Guacira Lopes Louro, Rogério Diniz Junqueira, Tomaz Tadeu da Silva e outros grandes nomes. A maioria dessas pesquisas problematiza que o fazer pedagógico exerce bem mais do que a sua incumbência de propiciar a aprendizagem de matérias, promovendo outros tipos de

² Michel Foucault discorre que “através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância” (FOUCAULT, 1997, p. 110).

aprendizagens expressas por meio de “[...] diferenças, distinções, desigualdades [...]” pois, “[...] a escola entende disso”, como nos diz Louro (2014, p. 57). Tais contribuições também permitem reflexões que subvertem a normatividade, promovendo ressignificações.

Norteados por essas inquietações produzidas por um conjunto de fatores e pelo lugar em que se encontram os debates sobre gênero e educação, este artigo pretende vislumbrar, por meio da revisão bibliográfica, os lugares desses gêneros e corpos possíveis e impossíveis no espaço escolar. Com a finalidade de problematizar os mecanismos de subjetivação que despontam nas diversas pedagogias do gênero e da sexualidade presentes na escola, esta pesquisa promoverá interlocuções entre o cotidiano de (in) diferenças com a possibilidade de uma prática pedagógica e um currículo que se embasem numa perspectiva plural e que promovam possibilidades para que essas performatividades sejam vividas e respeitadas.

2 Performatividades, movimentos curriculares e escola

As performatividades de gênero, no espectro dos estudos butlerianos, caracterizam-se a partir da ideia de que o gênero é “[...] uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2013, p. 242). A partir dessa premissa, concebe-se a nuance performativa do gênero como um artifício que escapa dos parâmetros e balizas de gênero atribuídos.

Bento (2003, não paginado) aponta que tais performances são “ficções sociais prevalentes, coactivas, sedimentadas (que geram) um conjunto de estilos corporais que aparecem como uma organização natural [...] dos corpos em sexos, em uma relação binária e complementar”. Desta maneira, dizer que o gênero é performativo implica em desestabilizar binarismos que o cercam, pois propõem uma possibilidade de reelaborar a realidade do gênero por meio de novas configurações e percepções (BUTLER, 2009).

O caráter performativo das identidades que promovem rupturas com os ditames de gênero vai além de práticas discursivas fadadas aos aspectos simétricos de enquadrá-lo. Silva (2007, p. 97) ratifica essa noção de que nossa identidade é “instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada”. Colling (2018) descreve que, nesse panorama, as

identidades são demarcadas e legitimadas mediante de emblemas e representações muito acentuadas na valorização de determinadas identidades e na subjugação de outras.

Não raro no cenário da escola, presencia-se que as identidades dissidentes são cercadas por variadas abordagens de deslegitimação, discriminação e regulação, fazendo com que não sejam vislumbradas no horizonte das possibilidades. A escola, assim como o currículo e os/as educadores/as, não consegue se reconhecer fora dessa relação. Nesse sentido, “mostram-se quase sempre perplexos, desafiados por questões para que as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis” (LOURO, 2004, p. 27).

Todavia, essas enunciações performativas no espaço escolar passam, conforme explicita Bento (2011), por um processo de expulsão da escola, e não de uma possível evasão. Em decorrência de tais discriminações, acabam não frequentando a escola por não terem de confrontar com as intolerâncias movidas por homofobia, por exemplo.

Louro (2014, p. 85) reflete que esse apagamento e esse conflito com as identidades que escapam das balizas heteronormativas são instrumentados pelo currículo e outros aspectos que “dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos”. Por meio destas estruturas, a escola produz sujeitos e identidades que são orientados a se alinhar aos parâmetros, exercendo manutenção sobre estes (LOURO, 2014).

Sendo assim, se o gênero e seus debates, como expõe Scott (1990, não paginado), configuram-se em “uma forma primária de dar significado às relações de poder”, destaca-se, então, que a retórica da escola em se munir de subterfúgios pedagógicos é, sem dúvidas, para nutrir a hegemonia da vocação normatizadora dessa instituição. Ao encontro disso, Warner (1993) vislumbra que a escola é um ambiente conivente com a (re) produção da heteronormatividade, sendo percebida como via única de expressão.

Dinis (2008), no que tange às ações que podem ser efetuadas pela escola, argumenta que discutir questões sobre diversidade sexual e de gênero na escola não diz respeito apenas aos grupos minoritários, visão restrita essa que contribui para um currículo que visa, cada vez mais, atender as demandas da maioria heterossexual que convive na escola. De fato, tais mobilizações são expectativas atribuídas apenas aos grupos invisibilizados na escola, ou seja, essas minorias, se não reivindicam por seus espaços, direitos e vozes, nem sequer serão legitimadas.

Partilhando do argumento de Dinis, refletimos como são importantes práticas escolares que promovam reflexões em torno da percepção de como a desigualdade e o poder prejudicam todos/as, sem exceção. A reflexão de Dinis também demonstra a importância de um currículo e de um movimento curricular que, como nos ensina Caetano (2016), leve em conta que o corpo é a base cujo o conhecimento, a cultura e os significados tomam as formas; Assim, se faz necessário-reivindicar por um currículo que problematize essas universalizações e promova subsídios para as performatividades. Levar em conta outras possibilidades identitárias é sinônimo de entender que os corpos não são neutros, ou seja, não são desprovidos de vivências e narrativas, e que o currículo não pode desprezá-las ao se declarar como um organismo neutro, o que não é verdade, já que identidades desviantes são ignoradas.

3 Pedagogias do gênero e o cotidiano escolar na perspectiva do currículo

Ofensivas antigênero, Escola Sem Partido, “ideologia de gênero”, *kits* escolares que promovem ditaduras *gaysistas* e feministas são apenas algumas das falácias e expressões deliberadas por setores religiosos e conservadores que ratificam um pouco da face “neutra” do currículo. Se o currículo é neutro e a educação também se põe como um terreno neutro, por qual motivo esses se sentem assombrados com artifícios (alguns inexistentes, como o intitulado *kit gay*, e a “ideologia de gênero”) ou demais possibilidades palpáveis para combater verdades absolutas e hegemonias?

Os apontamentos de Apple (1994, p. 59) endossam que, de fato, o currículo está longe de ser um emaranhado de conhecimentos neutros e descontextualizados, pois é estruturado por meio de “uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”. Reforçando essa ideia de seletividade expressada por Apple, Moreira e Candau dissertam que:

[...] um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do(a) estudante (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 28).

No entanto, o que ocorre é que as experiências dissidentes não são abrangidas pelo currículo, e são colocadas em estado de alerta. Silva (1996) nota que o poder está imbricado e é manifestado no currículo. O autor também compreende o caráter multifacetário do currículo sob a perspectiva das relações de poder de forma mais aprofundada, discorrendo que:

[...] os diversos campos e aspectos da vida social só podem ser completamente entendidos por meio de sua dimensão de prática de significação. Campos e atividades tão diversos quanto a ciência, a economia, a política, as instituições, a saúde, a alimentação e, sem dúvida, a educação e o currículo, são todos culturais, na medida em que as práticas de significação são uma parte fundamental de sua existência e de seu funcionamento (SILVA, 2006, p. 18).

Não diferente da percepção de Silva, Caetano (2016) descreve que nossos currículos orientam nossas práticas, situando-as no horizonte de narrativas majoritárias que enquadram as dissidências de gênero, sexualidade e identidade em discursos médicos, psicológicos, religiosos, familiares e pedagógicos. Paraíso (2016) destaca que, por intermédio do currículo, tentam-se controlar conteúdos que façam alusão ao combate às desigualdades de gênero na escola, bem como busca criminalizar os/as docentes que implementam esse tema em suas práticas docentes e escolares.

Criminalizar docentes pela menção aos temas gênero e sexualidades não é um exagero na fala de Paraíso, visto que, com a eclosão da “ideologia de gênero”, vemos que esses ataques à docência têm se intensificado. Professores e professoras têm também suas vozes e mobilizações censuradas e seus potenciais e aparatos teóricos confiscados, dificultando, mais de uma vez, que esses temas encabecem as pautas sobre desigualdade na escola.

A partir do tensionamento de Louro (2004, p. 62) de que “não há lugar, no currículo para a ideia de multiplicidade (de sexualidade ou de gênero)”, nota-se que, como provoca Bento (2003), a mesma escola que se anuncia como um espaço impossibilitado de lidar com as diferenças age como um dos principais espaços reforçadores das hegemonias de gênero e da heterossexualidade. Mas, se olharmos criticamente o cenário em que se encontram as pluralidades, vemos que não há paradoxo, há apenas um lado, pois movimentações educacionais têm se demonstrado favoráveis às filosofias da Escola Sem Partido, por exemplo.

Tais dispositivos são reconhecidos e designados por teóricos pós-estruturalistas e pós-identitários como pedagogias, ou seja, práticas pedagogizantes que agem em torno das demais enunciações performativas dos gêneros e das sexualidades. As referidas pedagogias, como advertem Giroux e McLaren (1995, p. 144), se inserem “em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum”.

Essas pedagogias, como o próprio conceito diz, corrigem, discriminam, deliberam e educam corpos insubmissos aos ditames, corpos que destoam das premissas “neutras” do currículo, ou seja, àqueles corpos que incomodam a normatividade. Não é difícil percebê-la pois está juntamente nos lugares onde essas identidades estão: nas filas, na hora da chamada de um/uma aluno/a trans, na descrição daquele aluno afeminado demais, da aluna masculina demais, nos banheiros, na quadra e na aula de Educação Física, na sala de aula, fora dela e nos corpos que se movimentam e que, com esses movimentos, borram as matrizes de gênero.

Caetano (2016), flexionando com preceitos freireanos sobre o conceito de pedagogia, discorre sob uma visão plural da mesma, isto é, “pedagogias”, afirmando que elas se fazem presentes em todas as relações educativas, mediadas pelos interesses, sejam eles explícitos ou não nas práticas pedagógicas. Giroux e Simon (2009, p. 98) salientam que, quando se pratica pedagogia, “age-se com a intenção de criar experiências que, de determinadas maneiras, irão estruturar uma série de entendimentos de nosso mundo natural e social”.

Friederichs (2018, p. 73) complementa que essas pedagogias se valem de arranjos e de “potentes instrumentos para se tensionar e analisar as mesmas posições de gênero e sexualidade que, muitas vezes, estabelecem hierarquias, binarismos, tautologias entre masculinidades e feminilidades, entre possíveis modos de ser, viver e experimentar os corpos”. Em consonância, Junqueira (2011) acentua que esses dispositivos de normalização e de heteronormatividade edificam pedagogias e também um currículo alinhado ao enquadramento e marginalização.

Louro (1999, p. 85) ressalta que as pedagogias do gênero “fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas”, ou seja, endossam o caráter normativo por meio de fendas e situações que permitam tais exercícios. De forma sutil, o operar dessa pedagogia, como pondera Bento (2011), aparelha os corpos

para a vida ancorada na heterossexualidade, arquitetada a partir da noção de reciprocidade entre os sexos, visão essa partilhada pelo *slogan* da “ideologia de gênero”.

As pedagogias de gênero, como citado, podem ser destacadas em muitas ações, principalmente naquelas em que os educadores “adotam o silêncio diante da emergência de uma sexualidade (ou comportamento tido como) diferente e, assim, tornam-se cúmplices da ridicularização e do insulto público de alguns estudantes” (MISKOLCI, 2005, p. 18). Pamplona (2017) disserta que a escola estrutura e conduz as pedagogias de gênero normalizadoras que transportam as identidades dissidentes aos horizontes de exclusão e discriminação

A escola, sendo um espaço público, deve proporcionar aos alunos/as um ambiente favorável ao convívio e respeito às diferenças presentes nela, uma vez que comportamentos de vieses discriminatórios necessitam ser vistos como prejudiciais ao aprendizado e à cidadania e que não podem ser mais tolerados no âmbito escolar (SEFFNER, 2009).

Entretanto, a premissa da escola como um espaço público e que busca por medidas antidiscriminatórias interseccionais tem sido denunciada por esferas conservadoras e fundamentalistas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” (JUNQUEIRA, 2017, p. 44), ou seja, como se a busca pela igualdade e emancipação fosse inimiga voraz a ser exterminada, e os sujeitos que reivindicam por essas medidas também fossem.

Neste panorama, a escola, o currículo, os docentes e os discentes carecem de ser transpassados por uma pedagogia que promova, de fato, a “afirmação absoluta da vida, [a] resistência do poder da vida contra o poder sobre a vida, [e a] resistência inabalável ao aniquilamento” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, não paginado). Mas como? Como dar vida a outras pedagogias quando o currículo, enraizado na falsa ideia de neutralidade, faz com que alunos e alunas, e também nós, educadores sejamos descartados?

Braga (2019, p. 144) nos assegura que, no que tange à implementação desses temas na escola e nos currículos dela “os profissionais da educação que tiverem os temas de gênero incluídos nos planos pedagógicos podem incluí-los nos seus planos de ensino com garantias legais”. Com isto, cabe buscar no currículo, como reflete Paraíso (2018, p. 27), “uma entrada para falar das saídas”, ou seja, maneiras e possibilidades de incorporar debates e reflexões de pedagogias que respeitem as performatividades e as mais diversas e possíveis nuances.

4 Perspectivas e reflexões queer: deslocamentos, limites e possibilidades

Não existem manuais ou parafernália que transformem ou seduzam o currículo e seus movimentos com a rapidez que a “ideologia de gênero” e a Escola Sem Partido conquistaram, por exemplo. O que há são nossas experiências quanto discentes pedagogizados um dia por essas táticas de disciplinamento, os tensionamentos práticos e teóricos e os deslocamentos quanto docentes capazes de nos inquietar a fazer com que essas pedagogias burlem e descortinem faces ocultadas e que têm ocultado as identidades destoantes por um longo tempo. Tais caminhos são um grande passo para mover-se além.

A educação e o currículo, segundo Silva (2004, p. 32), “são vistos como campos de conflito em torno de duas dimensões centrais da cultura: o conhecimento e a identidade”. No entanto, é visível na escola e no currículo inúmeras identidades que se fazem presentes, alinhando-se ou não às premissas normativas. Para o mesmo autor, uma atitude *queer* no currículo presume que a mesma “[...] não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas se entende para o conhecimento e a identidade como um todo” (SILVA, 2004, p. 107).

Miskolci (2009) caracteriza que a teoria *Queer* desafia os estudos sociais pois, não estuda mais apenas aqueles que rompem as normas, pois, voltando os olhares aos processos normalizadores regidos pela produção de aspectos hegemônicos e subalternos. Miskolci (2012, p. 36) se convence que diálogos entre a teoria *queer* e o campo da educação ocorrem “à compreensível sensibilidade crítica de nossas educadoras e educadores em relação às forças sociais que impõem, desde muito cedo, modelos de comportamento, padrões de identidade e gramáticas morais aos estudantes”.

Se apropriando do que Louro (2004) articula sobre os usos da expressão *queering the curriculum* por estudiosas anglo-saxãs, é possível pensar numa perspectiva *queer* em detrimento ao ambiente escolar pautado nas diferenças? Reformulando a pergunta sob as lentes de Silva, indagamos: “como se configuraria uma pedagogia e um currículo que estivessem centrados não na diversidade, mas na diferença, concebida como processo [...] que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las?” (SILVA, 2007, p. 74).

Se *queer* significa, como destaca Louro (2004, p. 38), “colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier”, pode-se constatar que são práticas e pedagogias como essas que se fazem necessárias a serem dinamizadas na escola, ou seja, atitudes que levam à desconfiança de tudo que é concebido como natural, contribuindo evitar a reprodução dos preconceitos na escola (SILVÉRIO; ABRAMOWICZ, 2005). A referida autora, sobre a articulação do currículo e pedagogia aos pressupostos *queer*, nos inquieta:

Qual o espaço nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria *queer* para a prática pedagógica? (LOURO, 2004, p. 47).

Desta forma, *queerizar* o cotidiano escolar das (in) diferenças seria, então, instrumentalizar e promover ações e dinâmicas pedagógicas que, em detrimento das pedagogias do gênero, possam, como ratifica Dinis (2008), estruturar práticas que busquem corroborar um novo exercício pedagógico. Assim, uma pedagogia e o currículo aliados aos deslocamentos *queer* “teriam de ser, portanto, tal como ela, subversivos e provocadores” (LOURO, 2004, p. 47-48).

Convergir-se com a pedagogia *queer* é, antes de tudo, compreender que a mesma é mais do que apenas invocar performances de gênero e dispô-las como artifícios flutuantes na escola. Resignificar um currículo na proposta *queer* é desviar-se do encadeamento de ideias, das tecnologias pedagógicas que produzem essas subjetividades por meio de dispositivos de gênero e da sexualidade, pois entender-se *queer* é uma crítica, e não uma resposta.

4 Palavras inconclusivas

Por fim, vislumbra-se, então, que o currículo e o cotidiano escolar carecem de propostas e estratégias que acolham e respeitem todas as identidades, não apenas àquelas ditas como normais e naturais. Combater diferenciações, indiferenças, preconceitos e demais abordagens sexistas e *lgbtfóbicas* fazem parte da responsabilidade a ser desempenhada pela escola e pelo seu currículo, uma vez que ela é plural e é tecida por sujeitos plurais e de

performatividades que se permitem derrubar e subverter os arranjos de gênero secularmente reforçados.

O campo do currículo não é um espaço neutro e, em consequência disso, não deixa outras possibilidades identitárias terem seus espaços e vozes ocupadas nesse território disputado que é a escola. Entretanto, é necessário ter em mente que muitas vidas na escola são impedidas de viver ao serem silenciadas. O currículo pode fazer com que o número de vidas vivíveis seja maior do que a intolerância, a qual que se materializa por meio de diversas tecnologias de gênero. O currículo e a escola podem ser ferramentas, aparatos e lugares de subversão e de pertencimento.

Nos balanços da teoria *queer*, aproximamos o currículo e a educação dessas perspectivas. Paraíso (2018) nos diz que, podemos entrar no currículo por diversas maneiras e entradas, onde podemos criar resistências criativas para subverter as normalizações que agem sobre as performatividades. Unindo essas inquietações aos arcabouços políticos que sustentam esses debates, cabe ao currículo, ao corpo docente e à escola fazerem que esses movimentos curriculares sejam favoráveis, plurais e que potencializem esses debates.

Concluindo com uma paráfrase presente na dissertação de Rosa (2009), vislumbremos que o corpo se iguala à geografia, que é feito de muitos lugares e vivências, comportando ainda o não-lugar. Todavia, cabe aos movimentos curriculares, ao espaço escolar e às práticas educativas, serem e se fazerem um *locus* de pertencimento das subjetividades e performatividades que trilham, sobrevivem e resistem em meio às adversidades e engenharias pedagógicas de invisibilidade.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 1, n. 2, p. 85-97, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38>. Acesso em: 10 fev. 2020.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em:

Caderno de Produção Acadêmico-Científica (UFES)

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200016&script=sci_arttext. Acesso em: 10 fev. 2020.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys: estudos feministas**, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRAGA, Mariana. Debater sexualidade e gênero em sala de aula é um direito constitucional. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.) **A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019. p. 91-103.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, v. 4, n. 3, p. 321-336, sep./dec. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62312914003>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAETANO, Márcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09>. Acesso em: 5 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

FRIEDERICHS, Marta. Educação para a igualdade e respeito à diversidade. In: SILVEIRA, Catharina *et al.* (org.) **Educação em gênero e diversidade**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 71-85.

GIROUX, Henry; McLAREN, Peter. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio. (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 93-124.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a Pedagogia do Armário. In: SILVA, Fabiane Ferreira da (Org.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana: Unipampa, 2011. p. 74-92.

Caderno de Produção Acadêmico-Científica (UFES)

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula, Regina Costa, MAGALHÃES, Joanalira, C. (orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jul. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222009000100008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 26 jun 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. *In*: SILVÉRIO, Valter Roberto; ABRAMOWICZ, Anete. (Org.) **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus Editora, 2005. p. 13-26.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica. **Documento Indagações sobre Currículo**, 2007. Disponível em: <http://eutonopactoalvorada.pbworks.com/w/file/68064746/Texto%20curr%C3%ADculo%20Antonio%20Moreira.doc>. Acesso em: 1 jun. 2020.

PAMPLONA, Renata Silva. **Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades**. 2017. Tese (Doutorado em programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba – SP) Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9492>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. *In*: PARAÍSO,

Caderno de Produção Acadêmico-Científica (UFES)

Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina (Ed.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52

ROSA, Rogério Machado. **Corpos híbridos na docência**: experiências, narrativas de si e (des) construção das masculinidades no magistério. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina). Disponível em: <http://tede.udesc.br/handle/tede/2517>. Acesso em: 28 maio 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,—2009. p. 125-140.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 72-103.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da **Identidades terminais**: as transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto; ABRAMOWICZ, Anete. (Org.) **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papyrus Editora, 2005. p. 7-9.

WARNER, Michael (Ed.). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.